

Brasil

Infraestrutura Recuperação iniciada em dezembro mantém trajetória de alta nos dois primeiros meses do ano

Indústria ensaia consumo maior de energia

Rodrigo Polito
Do Rio

Após três anos seguidos de queda no consumo de energia, as indústrias do país começam a dar sinais de recuperação. Além do crescimento do consumo do segmento em dezembro de 2016, dados coletados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) indicam que a classe industrial mantém a trajetória de alta nos dois primeiros meses de 2017. Os destaques foram os setores de mineração e veículos.

De acordo com dados da CCEE, no primeiro quinzena de fevereiro, o consumo de energia dos grandes consumidores (grupo formado principalmente por indústrias) avançou 11%, ante igual período de 2016, para 11.030 megawatts (MW) médios. A comparação, porém, foi influenciada pela ocorrência do feriado do Carnaval no início de fevereiro do ano passado. Desconsiderando este fator, a alta teria sido de 0,1%.

Em janeiro, os grandes consu-

Em alta

Consumo de energia por setor da indústria, em MW médios

Segmentos	Consumo (em MW médios)		Variação (%)	Consumo (em MW médios)		Variação (%)
	Jan/16	Jan/17		Fev/16	Fev/17	
Metalurgia e produtos de metal	4.382	4.623	5,5	4.545	4.676	1,6
Químico	2.048	2.084	1,8	2.058	2.098	1,9
Minerais não metálicos	1.459	1.582	8,4	1.519	1.627	7,1
Extração de minerais metálicos	1.231	1.317	7,0	1.265	1.277	0,9
Alimentício	839	1.346	60,4	865	1.407	62,6
Madeira, papel e celulose	924	1.067	15,4	974	1.112	14,2
Manufaturados diversos	603	1.178	46,7	793	1.266	59,6
Veículos	471	592	25,7	438	666	52,1

Fonte: CCEE. Dados do primeiro quinzena do mês

midores utilizaram 9,78% mais energia que no mesmo mês de 2016. O resultado também foi influenciado pela ocorrência do feriado do réveillon naquele ano (em 2017, o dia 1º de janeiro caiu em um domingo). Mesmo sem este fator, porém, o resultado foi um aumento de 2%.

Os sinais positivos detectados pela CCEE este ano também foram observados pela comercializadora Comerc Energia. O Índice

Comerc Energia, feito com base nos dados da sua carteira de clientes, composta por mais de 700 grupos industriais, teve alta de 0,71%, em janeiro, ante igual período de 2016. Nessa comparação, os destaques foram os segmentos de veículos e autopartes (alta de 16,75%) e têxtil, couro e vestuário (10,14%), enquanto o consumo do setor de materiais de construção recuou 16,18%.

"A produção de automóveis che-

gou a cair para 118 mil em fevereiro do ano passado, mas, em janeiro deste ano o país voltou a pouco mais de 149 mil unidades. Esses dados, quando cruzados com os do Índice Comerc Energia, indicam que o setor começa a reagir de forma consistente", diz Christopher Vlavianos, presidente da empresa.

O primeiro sinal positivo com relação à indústria veio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo a estatal, o consumo do se-

tor industrial em dezembro de 2016, de 13.453 gigawatts-hora (GWh), foi 0,9% maior que observado em igual período de 2015 — a primeira alta nesse tipo de comparação desde março de 2014.

A manter esse desempenho, o setor industrial poderá registrar o primeiro aumento de consumo de energia anual desde 2013, quando avançou 0,6%. Em 2014, ocorreu a primeira queda, de 3,6%. No ano seguinte, novo recuo de 5,3%. E, em 2016, a classe industrial registrou queda de 2,9%, totalizando um consumo de 164 mil GWh — voltando ao patamar de 2009.

Segundo a diretora da consultoria Engenho, Leontina Pinto, os primeiros sinais de elevação do consumo no segmento industrial estão vindo de setores de metais e mineração, intensivos em consumo de energia. De forma geral, segundo ela, a indústria ainda não apresenta um crescimento acentuado do consumo de energia. "O fato é que toda a parte de mineração, que consome energia na veia, está sentindo

uma retomada", afirmou.

De acordo com os dados da CCEE relativos à primeira quinzena de fevereiro, os quatro maiores segmentos consumidores de energia registraram alta no uso de eletricidade: metalurgia (1,56%), químico (1,94%), extração de minerais não-metálicos (7,1%), extração de minerais metálicos (0,95%).

Para Paulo Mayon, diretor da comercializadora Compass, ainda é cedo para confirmar uma recuperação da indústria. "Tem uma indefinição muito grande sobre retomada do crescimento", afirmou o executivo ao Valor no fim de janeiro. "A verdade é que não sabemos como isso vai se comportar. Há apostas de retomada no segundo semestre e tem muita gente ainda mantendo previsão de retomada mais para 2018. Nossa visão coincide com um pouquinho mais de conservadorismo e não temos percebido na atividade industrial e no planejamento deles nada muito alvissareiro em 2017", disse Mayon.

Calor puxa demanda e ONS registra pico próximo ao recorde histórico

Do Rio

O sistema brasileiro alcançou na segunda-feira a tarde pico de demanda de 85.699 megawatts (MW), de acordo com informações divulgadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O volume foi apenas 9 MW abaixo do recorde de demanda máxima instantânea na rede elétrica brasileira, de 85.708 MW, registrada em 5 de fevereiro de 2014.

Segundo o consultor Humberto Viana Guimarães, o pico de demanda de energia observado no início desta semana foi o terceiro maior da história do sistema elétrico brasileiro. A se-

gunda maior marca, de 85.707 MW, foi obtida em 6 de fevereiro de 2014. De acordo com Guimarães, o pico desta semana foi provocado principalmente pelas elevadas temperaturas registradas naquele dia.

Leontina Pinto, diretora da consultoria Engenho, lembra que há alguns anos o horário de ponta do sistema elétrico brasileiro foi transferido do fim do dia para o meio da tarde, principalmente devido à elevação das temperaturas, que motiva os consumidores a ligarem aparelhos de refrigeração.

Para este verão especificamente, ainda caracterizado por um consumo mais baixo em relação

aos anos de 2014 e 2015, o pico de demanda registrado foi motivado também por um aumento de confiança da população e menores estímulos inflacionários na conta de luz.

"Basta um clima psicologicamente favorável, a retirada da bandeira [tarifária] vermelha, uma melhora da taxa de inflação, que a demanda sobe", disse Leontina.

A especialista, no entanto, alerta para a necessidade de aperfeiçoamentos no sistema, para evitar colapsos durante o horário de pico de demanda, como o ocorrido há alguns anos, quando parte da carga do país foi desligada, por não haver capacidade suficiente para atendê-la naquele momento. (RP)

Indenização a elétricas já foi considerada e não altera previsão do IPCA para o ano

Tainara Machado
De São Paulo

O repasse ao consumidor das indenizações que serão pagas às transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013 já havia sido considerado no cenário para inflação de consultorias ouvidas pelo Valor, e por isso não muda as expectativas para o índice neste ano, que continuam próximas da meta perseguida pelo Banco Central, de 4,5% ao ano.

As transmissoras serão indenizadas em R\$ 62,2 bilhões pela remuneração de ativos não depreciados até dezembro de 2012, quando foram antecipados os vencimentos das concessões. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), somente em 2017, o impacto médio sobre as tarifas dos consumidores, para fazer frente a essa necessidade de receita, seria de alta de 7,17%.

Para Marcio Milan, economista da Tendências Consultoria, a decisão da Aneel não muda o cenário para inflação porque o valor das indenizações ficou um pouco abaixo do que era esperado, já que se falava em indenizações de R\$ 65 bilhões. Além disso, esse valor tende a ser diluído no processo de formação de preços. Por isso, Milan mantém a estimativa de alta para as contas de luz em 2017, de 3%.

O economista deve, inclusive, revisar sua estimativa para o IPCA des-

te ano, de 4,8% para 4,2%, principalmente por causa do comportamento positivo dos preços livres, em especial dos alimentos e bebidas e de serviços. Assim, avalia, mesmo que haja alguma surpresa negativa nos preços administrados, é difícil que esses itens ameacem o cumprimento da meta de inflação no ano.

Basilik Latavich, da MCM Consultores, também manteve estimativa de alta de 4,8% do IPCA em 2017. Ele ressalta que esse impacto não acontecerá imediatamente nas contas dos consumidores. "Veremos esse repasse de forma diluída ao longo dos próximos 12 meses, de acordo com o reajuste de cada concessionária".

Ver também página B2

BNDES lança editais para saneamento no Norte e Nordeste

Fernando Taquari
e Cristiane Boerfanti
De Brasília

A presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silveira Bastos Marques, afirmou que instituição deve lançar na sexta-feira os seis primeiros editais para saneamento, destinados a Estados do Norte e Nordeste. Segundo ela, houve um processo de seleção e 20 consultorias foram pré-qualificadas para participar dos pregões eletrônicos que vão definir as empresas que farão os estudos para as concessões.

"Fizemos editais, chamamos as consultorias e fizemos a seleção. Temos cerca de 20 consultorias pré-qualificadas. Vamos agora lançar editais um a um por Estado. Entre essas consultorias pré-qualifi-

cadas, ganhará quem oferecer o menor preço. Será pregão eletrônico por menor preço", afirmou Maria Silveira. Na lista de Estados que serão atendidos inicialmente estão Pará, Amapá, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Maranhão.

A afirmação foi feita após reunião no Palácio do Planalto com o presidente Michel Temer e os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo de Oliveira. A presidente do BNDES disse que essas concessões são para saneamento são, em geral, por 20 anos. "Pode ser concessão, parceria público-privada, privatização. Cada Estado vai ter um modelo diferente", disse.

Maria Silveira diz que o governo com os desembolsos do banco, diante de especulações de que o

Planalto estaria insatisfeito com a atuação "timida" do BNDES.

"O ministro ficou bastante satisfeito com tudo o que ele ouviu. Tivemos no passado desembolso volumoso de recursos, conhecido como PSI. O que se assistiu é que, apesar de tanto dinheiro na economia, não aumentou o investimento na indústria e muito menos a atividade econômica", disse Maria Silveira. Ela lembrou que em operação concretizada no ano passado, o BNDES devolveu ao Tesouro Nacional R\$ 100 bilhões e que não há operações desse tipo previstas para este ano.

A presidente do BNDES ressaltou que o aumento dos investimentos é um processo importante para aumentar a produtividade e para garantir a retomada do crescimento econômico. Ela lem-

brou que os setores de infraestrutura, agricultura e óleo e gás são os únicos que não têm capacidade ociosa no momento.

Em infraestrutura, afirmou ela, o banco tem trabalhado para avançar em PPPs e nos leilões de energia. "Mais do que não ter capacidade ociosa, precisamos de investimentos para produtividade. Em relação à agricultura, observei que no ano passado o banco desembolsou R\$ 17 bilhões com o setor. "Somos o maior financiador individual de agricultura no Brasil".

Na indústria, explicou que ainda há muita capacidade ociosa, mas em fase de recuperação. "Fábricas e empresas ficaram endividadas. O desemprego é elevado, o que também traz um sentimento de insegurança", disse Maria Silveira.



Maria Silveira: aumento do investimento é importante para a produtividade

Parlamentares querem mais espaço para mineração na floresta amazônica

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O interesse na mineração de ouro em meio a áreas de floresta amazônica protegidas por lei é um dos pontos da bancada de parlamentares do Amazonas, que pretende reduzir em mais de um milhão de hectares a extensão das unidades de conservação criadas no sul do Estado.

Essa foi uma das "preocupações" listadas por senadores e deputados do Amazonas ao ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, durante reunião no dia 7: a "consolidação de atividades como pecuária, mineração e manejo florestal", que poderiam se confrontar com a existência de parques e reservas no sul do Amazonas, segundo relato de fonte do governo.

Os parlamentares mencionaram a Padilha "preocupações com empreendimentos licenças para atividades de manejo florestal, exploração mineral (área e ouro) e indústria". Citaram "emprendimentos licenças e em análise no Departamen-

to Nacional de Produção Mineral (DNPM)" para extração de ouro, areia, cascalho e chumbo.

O interesse na mineração coincide com estudo do WWF-Brasil ao qual o Valor teve acesso. Os ambientalistas levantaram os pedidos de pesquisa e lavra de minérios protocolados no DNPM para o sul do Amazonas e sobrepueram a base de dados às áreas que os políticos querem retirar das unidades de conservação criadas nos últimos dias do governo Dilma Rousseff.

"O que aparece foi explícito: no início, basicamente, é para retirar de dentro das unidades de conservação áreas com pedido de lavra mineral", diz Ricardo Mello, coordenador do Programa Amazônia do WWF-Brasil. "Este processo demonstra falta de transparência. Trata-se da apropriação de bens públicos por interesses privados, sem possibilitar que a sociedade participe da discussão".

O estudo do WWF mostra cerca de 150 processos minerários — a maioria de requerimento e autorização de pesquisa — na área a ser desfetada. São pedidos apenas

O corte na floresta

O que diz a proposta de redução de unidades de conservação no Amazonas

Unidades de conservação	Áreas em hectares	
	Atual	Ficaria com
Reserva Biológica do Maricóré	399.140	246.470
Parque Nacional do Acaá	896.370	655.822
Floresta Nacional do Arupará	175.295	321.070
Floresta Nacional de Uruapá	538.023	396.302
Área de Proteção Ambiental Campos de Maricóré	152.430	Extinta

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA) e WWF

protocolados ou autorização de pesquisas já concedidas. Há 13 lavras com pedido autorizado.

No Parque Nacional do Acaá há cerca de 40 pedidos, entre requerimentos de pesquisa e de lavra, na maioria de ouro. Pelas 14 unidades de conservação, parques são áreas de proteção integral e a única atividade econômica permitida é o turismo sustentável.

Na APA dos Campos de Maricóré, que seria extinta pela proposta dos parlamentares, os requerimentos mapeados pelo WWF tratam de jazidas de minério de ferro e cassiterita. "Há falta de informação e a mensagem errada de que

interessante para a região, o processo para se fazer isso tem que ser legítimo", diz Mello. Para se criar uma unidade de conservação, lembra Mariana, é preciso fazer estudos técnicos e validar o processo com audiências públicas — o que ocorreu com as UCs em questão. "Essas unidades de conservação foram colocadas nos municípios onde o desmatamento disparou nos últimos relatórios", lembra. Diz, no entanto, que o projeto nas florestas nacionais é construir uma economia florestal com o desenvolvimento de projetos de manejo.

A iniciativa dos parlamentares produziu forte controvérsia. O Ministério do Meio Ambiente alegou desconhecimento. Padilha reuniu-se com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, na semana passada. Outra reunião irá acontecer entre 6 e 8 de março.

"Os parlamentares alegaram que os municípios da área de influência dessas UCs perderam espaço para produção de forma abrupta", disse fonte do governo. A criação de unidades de conservação leva anos e o processo sempre prevê consultas públicas.

Curtas

Metrô descarrilhado

Dois semanas após descarrilamento na linha 3-vermelha, o Metrô paulista teve o mesmo problema ontem na linha 5-Lilás. O descarrilamento aconteceu por volta das 5h entre as estações Largo 13 e Adolfo Pinheiro, na zona sul da cidade de São Paulo. Segundo o Metrô havia poucos passageiros no momento do acidente e ninguém se feriu. As causas do acidente ainda serão apuradas, informou a Fhappress.

Alerta para IPTU

Com nova denúncia de boletim falso de IPTU, a Secretaria da Fazenda do município de São Paulo volta a orientar os contribuintes para a análise de todos os documentos de cobrança que chegam à residência. A prefeitura alerta que muitos dos falsos documentos têm aparência similar aos boletins oficiais, o que demanda precauções. Uma delas é comparar os dados do imóvel com os dos boletins recebidos em anos anteriores, para verificar se as informações e os valores estão condizentes.